

## Policy Brief *Moçambique*

### Como enfrentar o desafio de saúde pública da resistência a antibióticos em um contexto de rápida intensificação da produção avícola?

*Muriel Figuié<sup>1</sup>, Cristiano Macuamule<sup>2</sup>, Carlos Cuinhane<sup>3</sup>*

*1. Cirad; 2. UEM, Faculdade de Veterinária; 3. UEM, Faculdade de Letras e Ciências Sociais*

Este policy brief contribui para o objectivo principal do projecto ROADMAP (EU, H2020), que é analisar as práticas e os sistemas de decisão dos produtores, veterinários e outros profissionais envolvidos na gestão da saúde dos animais de produção, e para o objectivo específico de identificar incentivos para um uso mais prudente de antibióticos na produção animal.

Moçambique vive um crescimento rápido da sua produção avícola, permitindo uma diminuição substancial das importações. Ao mesmo tempo, o número de stakeholders no mercado de medicamentos veterinários e o consumo de antibióticos na avicultura disparou, com potenciais riscos de resistência antimicrobiana em humanos, animais e o meio ambiente. O desafio do governo moçambicano é apoiar o desenvolvimento da cadeia de valor avícola nacional sem comprometer a saúde pública.

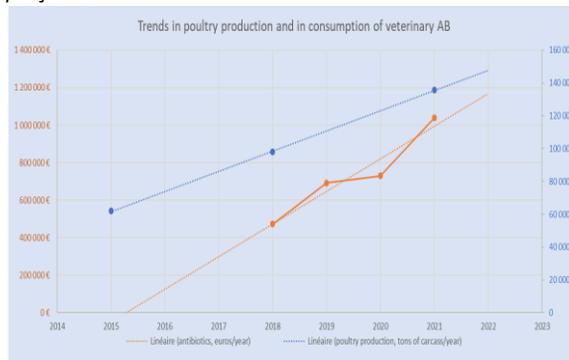
Este documento é particularmente relevante para as autoridades moçambicanas com interesse na saúde e produção animal, bem como para os produtores e outros profissionais da pecuária, de Moçambique e de outros países de baixa e média renda (LMIC).



## VISÃO GERAL

Como muitos outros países africanos, Moçambique vive um forte crescimento da produção avícola (duplicou nos últimos 5 anos) e do consumo (de 3,3 kg/cap/ano em 2015, para 4,3 em 2021). Isso foi possível com a entrada de um número crescente de produtores no sector avícola comercial, embora pouco experientes e desenquadrados. Ao mesmo tempo, o número de *stakeholders* económicos no mercado de medicamentos veterinários, bem como a diversidade de medicamentos veterinários disponíveis no mercado, dispararam.

Fonte : Cirad-UEM baseado em dados do MADER, MEF-IGC, preço FOB



O desafio para o governo moçambicano é apoiar e regular estas rápidas mudanças económicas e técnicas, apesar de escassez de recursos, em particular, o número limitado de extensionistas, e dos instrumentos reguladores sobre o comércio e a prescrição de medicamentos veterinários. As actividades desenvolvidas no âmbito do projecto ROADMAP em Moçambique, em parceria com o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER, Direcção Nacional de Desenvolvimento Pecuário) e a Associação dos Avicultores de Maputo (ADAM), destacaram o funcionamento do mercado de medicamentos veterinários, o uso de antibióticos (AB) pelos produtores de aves e o envolvimento de profissionais veterinários na gestão do risco da resistência antimicrobiana (RAM).

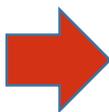
## COMO O PROJECTO CONTRIBUI AO DESAFIO

### RESULTADOS

#### Gestão de risco da RAM como uma política multinível e multisectorial

1. As recomendações internacionais na gestão da RAM são integradas nas políticas nacionais, mas a adaptação e implementação destas a nível local ainda se encontra limitada. O processo ocorre a nível do “top down”.

2. O problema da RAM é enquadrado como uma questão interministerial de saúde única (tratada principalmente pelos Ministérios da Agricultura e da Saúde). Dentro do Ministério da Agricultura, a questão é especificamente tratada como um desafio de saúde, com articulação limitada com as políticas agrárias.



### RECOMENDAÇÕES

- a. Envolver as autoridades provinciais e distritais na gestão da RAM, e adaptar a política nacional aos diferentes contextos locais (1).
- b. Promover uma transição agroecológica na avicultura, para as áreas peri-urbanas e rurais, promovendo uma diversificação dos sistemas de produção, adaptados a diversidade de contextos de criação (2-3).

**Uso de antibióticos pelos produtores**

3. A produção de frangos de corte em Moçambique assenta essencialmente num único modelo de sistema de produção (Ross ou Cob, criados em 30 dias) que depende do contexto atual do uso de AB para a sua rentabilidade económica.

4. A maioria dos avicultores não tem formação profissional em avicultura, e os institutos agropecuários existentes não oferecem cursos de curta duração. Os cursos e conselhos promovidos pelos provedores de insumos avícolas tendem a incentivar o uso de AB.

5. A avicultura é desenvolvida em condições inadequadas de biossegurança, incluindo falta de higiene, devido a falta de capacidade económica para investir em aviários modernos adaptados a condições climáticas extremas adversas. AB estão sendo usados como um “quick fix”.

6. O sistema actual de criação é fortemente dependente do uso de AB para compensar a baixa qualidade da ração e dos pintos, e o ambiente estressante (pragas, contaminação microbiana, calor extremo, baixa qualidade da água, etc.).

7. O uso de AB é incrementado pelas frequentes interrupções na cadeia de distribuição de frangos, incluindo períodos de alta e baixa demanda, e infraestruturas de abate e armazenamento deficientes.

8. Os avicultores dependem da orientação de vendedores de medicamentos veterinários pouco qualificados.

**Acesso aos medicamentos veterinários e regulação**

9. O mercado de medicamentos veterinários encontra-se em expansão, porém esta dinâmica não é acompanhada pela rapidez na reforma do quadro regulamentar.

10. A gestão da RAM é uma oportunidade para actualizar o quadro regulamentar sobre medicamentos veterinários e saúde animal em geral.

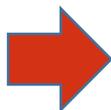
c. Incentivar o estabelecimento de treinamentos vocacionais de curta duração (3-6 meses) para produtores bem como outros *stakeholders* no sector, usando programas de formação aprovados pelo MADER (4).



d. Promover investimentos sociais na avicultura através do financiamento do Governo e do setor privado avícola (crédito rotativo e sem juros), bem como o acesso ao apoio técnico dos profissionais qualificados, para o uso responsável de antibióticos (5).

e. Estabelecer mecanismos de controlo de qualidade para rações, pintos e medicamentos veterinários, responsabilizando os provedores pela qualidade dos insumos avícola (6).

f. Organizar o planeamento urbano, tomando em conta uma implementação coordenada de unidades de produção avícola, e o acesso destas unidades a água potável e vias de esgoto (6).



g. Incentivar o setor privado para instalar matadores nas zonas de produção para aumentar a capacidade de abate e conservação de carnes (7).

h. Reforçar as medidas de controlo na qualificação dos vendedores de medicamentos veterinários (8, 9).

i. Estabelecer uma lista de medicamentos veterinários essenciais, usando o modelo do setor humano e adaptando-o a especificidade do setor animal (9, 10, 11).

## RESULTADOS

11. Em certas áreas, os avicultores só tem acesso a medicamentos veterinários em mercados informais. A regulação do mercado de medicamentos veterinário é necessária. No entanto, isso não deve dificultar o acesso dos produtores a medicamentos veterinários e outros insumos.
12. O governo moçambicano proibiu a importação, o comércio, e uso de alguns AB como promotores de crescimento, e de outros como preventivos (Decreto nº26/2009: Regulamento de Sanidade Animal). Mas alguns AB classificados como A (a evitar) ou B (a restringir) pela Agência Europeia de Medicamentos (EMA) ainda são autorizados para uso animal incluindo como promotores de crescimento e preventivo.
13. O governo tem um controlo maior das importação dos AB do que da sua comercialização e uso no mercado local.
14. Muitos *stakeholders* conhecem os medicamentos veterinários pelos seus nomes comerciais, mas têm pouco conhecimento sobre os seus princípios activos.

### Assistência técnica

15. Os veterinários estão cientes do risco da RAM e pedem orientações claras sobre o uso de AB. Mas a comunicação é muito geral (e.g. “*usar AB racionalmente*”). Há necessidade de uma comunicação mais específica e prática direcionada a estes profissionais.
16. Os profissionais de saúde animal não têm conhecimento das alternativas aos AB e tem acesso limitado aos mesmos. Se a essas alternativas e ferramentas estivessem disponíveis iriam permitir um diagnóstico mais preciso e prescrições mais adequadas.

## RECOMENDAÇÕES

- j. Ampliar a regulação sobre os AB, de uso veterinário, em coordenação com o Ministério da Saúde e considerando as recomendações das organizações internacionais (OMS, OMSA, EMA) (12).
- k. Comunicar amplamente e treinar os profissionais (incluindo on-line) sobre a regulação e suas actualizações, com o envolvimento da OVM, o MADR, a FAVET (12).
- l. Privilegiar o controlo das importações de medicamentos veterinários para limitar a circulação e o uso dos AB, por exemplo, proibindo importação de *cocktails* de AB e grande quantidade de AB (saco de AB em pó de 50 kg usados como promotor de crescimento) (13).
- m. Facilitar o acesso a informação sobre a composição de medicamentos veterinários (e.g. presença rótulo, em português) (14).
- n. Elaborar, disseminar e utilizar directrizes para o tratamento das principais doenças de animais no país, usando medidas preventivas e curativas adaptadas (12-15)
- o. Elaborar, disseminar e utilizar directrizes, específicas e detalhadas para o uso de AB (uso de 1ra, 2nda, 3ra linha; AB a “evitar”, “reservar” etc.), e adaptadas ao contexto nacional (12-15).
- p. Melhorar o conhecimento e o acesso a alternativas aos AB (e.g. probióticos, prebióticos, vacinas...), bem como testes de sensibilidade antimicrobiana, e facilitar a pesquisa contínua sobre as soluções locais para as alternativas a AB (16).



<http://www.roadmap-h2020.eu/mocambique.html>

[www.roadmap-h2020.eu](http://www.roadmap-h2020.eu)



The ROADMAP project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under Grant Agreement No 817626.